

A GUERRILHA SEGUNDO ABRAHAM GUILLÉN¹

Thaís Linhares²

Resumo: O pensador espanhol Abraham Guillén (1913-1993), exilado na América Latina, refletiu sobre a luta armada a partir de sua experiência na Revolução Espanhola e do contato com ditaduras e guerrilhas locais, especialmente no Uruguai (Tupamaros e OPR-33). Dialogando com o foquismo de Guevara e Debray, Guillén reconhecia o papel insurrecional de pequenos grupos armados, mas ressaltava que o êxito dependia da mobilização popular. Criticava a ideia de iniciar focos guerrilheiros sem objetivos políticos claros, pois isso facilitava a repressão. Para ele, a guerrilha deveria estar intrinsecamente ligada às massas e às lutas sociais, buscando não apenas reformas, mas uma ruptura com o sistema. Defendia ainda instâncias deliberativas de base, baseadas na democracia direta e na autogestão, como caminho para construir o poder político popular e integrar as classes marginalizadas ao processo revolucionário.

Palavras-chave: Abraham Guillén, Guerrilha, Luta armada, Anarquismo

1. A NECESSIDADE DA GUERRILHA

Abraham Guillén (1913–1993), veterano da Guerra Civil Espanhola e militante da CNT e da FAI durante a ditadura franquista, exilou-se na América Latina, onde desenvolveu suas principais contribuições à guerrilha urbana, sobretudo no Uruguai e na Argentina. Sua trajetória evidencia a confluência de tradições anarquistas e marxistas, resultando em uma elaboração teórica singular, de caráter libertário, voltada à luta armada e à autogestão revolucionária. Em solo uruguaio, exerceu influência direta sobre a experiência local de guerrilhas, sendo referenciado tanto pelo MLN-T quanto pela FAU, em particular pela OPR-33. Segundo relatos, Guillén esteve presente em Cuba no *X Congreso Nacional de la Confederación de los Trabajadores de Cuba Revolucionaria* (1959) e participou de processos formativos da FAU, nos quais se consolidava a defesa da luta armada (SILVA, 2018). Essa vivência prática e teórica convergia em uma concepção que, partindo da tradição das esquerdas na Guerra Civil Espanhola, atribuía centralidade à guerra revolucionária urbana como instrumento para enfrentar os aparatos repressivos do Estado burguês (SILVA, 2018, p. 183).

Parte do pressuposto teórico de Abraham Guillén que, enquanto a sociedade for marcada pela luta de classes, apenas a violência poderá derrubar classes e regimes, não

¹ Trabalho apresentado no IV Congreso Internacional de Investigaciones sobre Anarquismo(s)

² Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: thaishlinhares52@hotmail.com

havendo possibilidade dialética de “coexistência pacífica” entre classes, nações e civilizações distintas: “violência - como Marx e Engels colocaram - é uma parte da história” (GUILLÉN, 1965, p. 58). O confronto armado, portanto, não é apenas inevitável, mas necessário; e somente por meio da revolução socialista em escala mundial, mediante a guerra revolucionária, seria possível alcançar, em última instância, a paz perpétua: “La colaboración de clases, o coexistência pacífica, es resignación en la esclavitud, imobilismo en política, todo lo contrario a la dialéctica marxista”. (GUILLÉN, 1965, p. 60).

Segundo o pensador espanhol, torna-se imprescindível formular uma teoria revolucionária que articule as necessidades de liberdade do povo trabalhador a uma política de massas baseada em táticas e estratégias eficazes contra as forças repressivas do Estado burguês. A guerra revolucionária consiste justamente nessa articulação, materializando-se como frente de libertação das classes oprimidas contra as oligarquias latifundiárias, os setores ruralistas e o imperialismo econômico (SANTOS, 2021). Em *Teoría de la Violencia* (1965), Guillén observa que os confrontos bélicos se transformaram historicamente, sobretudo após o advento da bomba atômica, cuja potência e capacidade destrutiva colocaram novos desafios para a luta revolucionária. Contudo, argumenta que a mobilidade e a dispersão territorial, tanto em escala nacional quanto continental, permanecem como elementos centrais do contra-ataque popular. Assim, a guerrilha, ao explorar as condições geográficas, pode neutralizar inclusive armamentos de grande poder de destruição: em regiões montanhosas, por exemplo, a incerteza quanto à localização dos combatentes reduz a eficácia de armas estratégicas, como a própria bomba atômica, além de impor altos custos de fabricação e uso às forças repressivas.

2. DIÁLOGO COM O FOQUISMO

O teórico dedica parte significativa de suas reflexões a dialogar diretamente com a principal estratégia militar difundida na América Latina, o foquismo. Guillén toma como ponto de partida um dos princípios centrais formulados por Che Guevara (1980), segundo o qual não se deve aguardar todas as condições subjetivas para o desencadeamento de um processo revolucionário, uma vez que as próprias ações insurrecionais seriam capazes de produzi-las. Para Guillén, tal pressuposto somente se

confirma quando a população local se encontra efetivamente mobilizada. Assim, a teoria do foco, para alcançar êxito, necessita de uma estratégia objetiva: ainda que o comando armado seja composto por uma minoria, desde que unido em pensamento e ação em torno de um programa de libertação, com o apoio da população mobilizada e por meio da propaganda insurrecional, pode derrubar tiranias ou converter uma crise em saída vitoriosa: “Sin la ayuda de la poblacion urbana, una guerrilla de calles no tiene ninguna posibilidad de exito sobre un poderoso ejercito represivo” (GUILLÉN, 1975, p. 29).

Na concepção foquista, a conjuntura repressiva impunha a urgência da criação de focos guerrilheiros, sem que fosse necessário aguardar o amadurecimento da formação política mais aprofundada, como a constituição prévia de um partido ou de um programa revolucionário, uma vez que tais discussões poderiam ser elaboradas ao longo do processo. Como aponta Debray:

Situar a guerrilha sob dependência estratégica e tática de um partido que não transforma radicalmente a sua organização normal em tempo de paz, ou situar a guerrilha como ramificação da ação do Partido, traz como consequência uma série de erros militares mortais (DEBRAY, 197?, p. 50).

Para Guillén (1975), entretanto, esse princípio constitui um grave equívoco, pois, sem um objetivo político definido, a repressão tende a agir de forma mais incisiva e eficaz sobre as organizações, favorecendo sua desarticulação. Nesse sentido, afirma:

(...) quanto melhor seja um programa político de libertação mais fácil é ganhar uma guerra contra o imperialismo de fora ou o depósito de dentro. A maior parte dos movimentos guerrilheiros da América Latina tem sido derrotados por imitar Fidel Marxista-Leninista e não Fidel guerrilheiro que teve como programa a democracia. A luta contra a ditadura e a corrupção (GUILLÉN, 1975, p.8)

Guillén compreende que foram as pautas locais (as necessidades especificamente cubanas) de enfrentamento à ditadura de Batista: a defesa da liberdade e o combate à corrupção, que garantiram simpatia e apoio popular ao movimento revolucionário, e não o caráter ideológico “*marxista-leninista*” do processo. Acreditar que a ação política deriva exclusivamente do poderio armado ignora, segundo ele, que toda guerrilha depende da conquista da população para triunfar frente a um exército regular, condição fundamental para a expansão da luta armada. Do ponto de vista estratégico, Guillén, traça o paralelo, que o comando das forças militares regulares se concentra em generais

e coronéis, oficiais afastados do cotidiano do uso de armamentos, ao contrário de sargentos e suboficiais. Esses generais, argumenta, pensam primordialmente em fins políticos (GUILLÉN, 1975).

A guerrilha sozinha não consegue enfrentar um exército contrarrevolucionário regular, e é preciso a noção do espaço como uma categoria estratégica (GUILLÉN, 1975), para passar da fase elementar da guerra revolucionária. A relação dos grupos armados revolucionários, como supracitado, com a população deve ser intrínseca, a mobilização popular deve ser basilar para a ação de qualquer guerrilha e/ou exército revolucionário. Caso essa interação seja subjugada, a função desse grupo revolucionário se iguala a outros movimentos reformistas, que não proponham de fato uma ruptura com o sistema vigente:

Pretender una revolución sin movilizar la lucha de clases por medio de los sindicatos, las organizaciones de masas, sin dar la guerrilla cobertura armada a la población reprimida y explotada, es querer llegar al poder con un criterio “putchista” más de golpe de Estado” que de revolución social, para establecer la dictadura de una burocracia en nombre del socialismo. Todo lo que no sea movilizar a la población por sus propias reivindicaciones e intereses, cuando está abandonada por los sindicatos reformistas y los partido pseudoizquierdistas, cuando nada hacen éstos revolucionariamente para salir de una crisis económica y social o de una ditadura odiada, es caer en política guerrilleras propias de pequeños burgueses que sienten poco por las masas porque nunca han experimenta la explotación del Trabajo asalariado (GUILLÉN, 1975, p. 31)

Dessa forma, o foquismo na América Latina caracterizou-se pela predominância de membros oriundos da pequena burguesia, sem vínculos orgânicos com o trabalho fabril ou rural. Para Guillén, a “patologia do poder” (ENTREVISTA à Abraham Guillén, 1978) precisa ser controlada, uma vez que, quando este se concentra sem a experiência concreta da classe trabalhadora, tende a criar partidos que excluem o povo, constituindo uma “nova classe” ainda mais difícil de desalojar do poder que a própria burguesia. Essa nova elite política, que se apresenta como encarnação do proletariado, legitima-se por meio do Estado totalitário e do partido único, mesmo sem trabalhadores em suas fileiras. Nessa perspectiva, o foquismo pequeno-burguês poderia tornar-se um novo stalinismo (GUILLÉN, 1975).

Guillén enfatiza que o fenômeno cubano foi quase único; por isso, toda revolução deve ser inventada, para evitar limitações tanto em sua política interna quanto

em sua política internacional, bem como em suas táticas e estratégias. O foquismo guerrilheiro, segundo ele, é um “voluntarismo militar” que confunde desejo subjetivo com realidade objetiva, convertendo a ação em um mito milagroso. Nenhum movimento revolucionário pode desconsiderar ou subestimar as condições econômicas, políticas, sociais, internacionais, demográficas, psicológicas e conjunturais necessárias para desencadear a ação armada, sob pena de inverter a hierarquia entre política e militar. A missão inicial da guerrilha, nesse sentido, deve consistir em desmontar, no seio das massas populares, o sindicalismo aburguesado e os partidos de esquerda com práticas contrarrevolucionárias.

No caso cubano, o foco guerrilheiro voltou-se prioritariamente contra a ditadura entendida como governo tirânico. A experiência de Guillén na Guerra Civil Espanhola, em meio a um golpe fascista, o levou a refletir sobre as condições de crise como terreno fértil para a luta armada:

Em momento de grandes crises econômica e social [na democracia parlamentar] com desemprego, aumento na carestia de vida – são todas as condições objetivas e subjetivas de agir com uma faísca, tornando-se um braço armado do povo (...) enquanto o sindicato institucionalizado negociar acordo salariais, sem nenhuma aspiração revolucionária, os guerrilheiros urbanos podem com ações armadas aprofundados a luta até que as burocracias sindicais sejam deslocadas dos sindicatos, tomando seus lugares líderes relacionados à ação revolucionária (GUILLÉN, 1975, p. 32).

3. CASO URUGUAIO: MLN-T E OPR--33

Abraham Guillén dedica-se a analisar as experiências de lutas armadas latino-americanas, entre elas as organizações guerrilheiras uruguaias, país em que viveu durante seu exílio. O principal expoente desse processo foi o *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN-T), cuja atuação se fundamentava na defesa da luta armada, na adoção do foquismo como estratégia revolucionária e na ênfase na luta continental latino-americana. Para o MLN-T, embora se reconhecesse a relevância do Partido Revolucionário como instrumento fundamental para a realização da revolução socialista, prevalecia a compreensão de que a urgência histórica do processo revolucionário tornava anacrônica a exigência de sua constituição imediata. Dessa forma, a luta armada não poderia ficar subordinada à existência prévia de tal instância

partidária, sobretudo em um contexto no qual não havia condições concretas para sua fundação ou efetivo enraizamento nas classes trabalhadoras. Como registra o *Documento nº 1*: “Pero creemos que el grado de desarrollo del Partido Revolucionario no puede ser condición principal para iniciar la lucha armada” (DOCUMENTO Nº 1, 1967).

Nessa perspectiva, a criação de uma organização revolucionária aparecia como momento necessário e preliminar no próprio processo de constituição do Partido, ainda que em caráter embrionário: “La inexistencia del Partido revolucionario no supone la inexistencia de la organización revolucionaria. Muy por el contrario: la creación del Partido Revolucionario pasará por el desarrollo de los embriones de la organización revolucionaria” (DOCUMENTO Nº 1, 1967). Na análise de Guillén sobre a experiência dos Tupamaros, evidencia-se a necessidade de articular unidade de pensamento e ação em um programa de libertação. Para ele, a ausência de um projeto estratégico foi um dos fatores centrais que levaram ao fim da organização.

Para o pensador espanhol, até 1965, o grupo liderado por Raúl Séndic, um dos principais fundadores do MLN-T, permaneceu “limitado” às marchas de Artigas³, da região norte do país até Montevidéu, em razão da adoção da doutrina foquista da luta armada rural (GUILLÉN, 1975). O foquismo cubano sustentava que toda guerra revolucionária deveria se desenvolver a partir do campo, em especial das serras e montanhas. Contudo, Guillén sublinha que, nas condições históricas do capitalismo avançado, as cidades concentravam mais recursos logísticos e populacionais do que no campo, tornando-se terreno mais favorável à guerrilha. A própria experiência cubana não se restringiu à Sierra Maestra, tendo se expandido para diferentes regiões da ilha, combinando frentes rurais e urbanas. Nesse mesmo sentido, ao publicar *Estrategia de la Guerrilla Urbana* (1967), os Tupamaros adaptaram o princípio foquista à sua realidade concreta:

³ Citada na obra *Historia de los Tupamaros* (1987) os trabalhadores da Artigas se articulavam através da UNTAA (Unión de Trabajadores Azucareros das Artigas), sindicato reúne os cortadores de cana-de-açúcar da cidade de Bella Unión, localizada no departamento Artigas na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai – a 640 km de Montevidéu. *Ospeludos*, denominação do grupo referente a uma analogia com um roedor da região, agrega tanto os atuais quanto ex-cortadores de cana, seus familiares e pessoas que habitam essa região. Foram feitas cinco marchas a Montevidéu entre os anos de 1962 a 1971-a primeira foi reivindicando os direitos laborais e expropriação de latifúndios.

Otro factor estratégico a tener en cuenta —éste negativo—, es el factor geográfico. No tenemos lugares inexpugnables en el territorio como para instalar un foco guerrillero que perdure, aunque tenemos lugares de difícil acceso en campaña. En compensación tenemos una gran ciudad con más de 300 Kms cuadrados de edificios, que permite el desarrollo de la lucha urbana. Esto quiere decir que no podemos copiar la estrategia de aquellos países que por sus condiciones geográficas pueden instalar un foco guerrillero en las montañas, sierras o selvas con posibilidades de estabilizarse. Por el contrario, tenemos que elaborar una estrategia autóctona adecuada a una realidad diferente a la de la mayoría de los países de América (30 PERGUNTAS A UM TUPAMAROS, 1968)

Para Guillén, tal adaptação era fundamental. O Uruguai, altamente urbanizado, concentrava em sua capital mais de 80% da população. Nesse contexto, ele avaliava que o MLN-T era taticamente brilhante, mas estrategicamente pobre: “Ao não descobrir as leis específicas da guerra revolucionária no Uruguai e nem oferecer um programa de socialismo autogestionário, creio que os Tupamaros, por serem fiéis ao modelo castrista, foram derrotados em termos políticos” (GUILLÉN, 1975, p. 7). Na visão de Guillén, a experiência tupamara, em seus acertos e limites, reforça a centralidade da cidade como epicentro da luta revolucionária no embate entre capitalismo e socialismo. Ou seja, na sua visão, a organização importou o modelo cubano sem elaborar uma estratégia adequada às condições uruguaias.

O primeiro critério para tal seria a constituição de frentes móveis e clandestinas, com ocupação de casas e espaços urbanos para infraestrutura logística. Quando a luta armada se desenvolve sem apoio popular, a fixação em poucas bases compromete a mobilidade e facilita a repressão: “preciso viver separado, lutar juntos” (GUILLÉN, 1975). Para Guillén, a guerrilha urbana deveria estar presente desde os primeiros momentos da luta, pois a exposição em campos abertos debilitava o movimento ao reduzir a mobilidade, a segurança e a capacidade combativa, tornando fundamental a existência de retaguardas (GUILLÉN, 1980). Assim, o caráter da guerrilha deveria ser definido pelo uso de táticas progressivas e adaptativas.

O segundo critério seria a mobilidade e segurança para garantir a preservação da ação armada. Dispersar combatentes entre a população favorável impediria que a repressão seguisse seus rastros. Para Guillén, permanecer em uma frente fixa constituía “o maior erro estratégico de um guerrilheiro rural ou urbano”. O MLN-T promoveu alterações organizativas em sua estrutura, deslocando-se do modelo de células -

característico das concepções foquistas - para a formação de duas colunas. A primeira tinha como atribuições a ocupação da zona leste de Montevidéu, a atuação no interior do país, a inserção sindical e a articulação com outras organizações. A segunda concentrava-se nas questões técnicas e operacionais. Embora compartilhassem uma mesma direção, as colunas possuíam relativa autonomia entre si. Essa configuração visava garantir a continuidade da luta mesmo diante da repressão estatal: caso uma coluna fosse desarticulada, a outra manteria condições de prosseguir as atividades. Como sintetizado no *Documento n° 4*: “La consigna de cada Columna debe ser: capacitarse para estar en condiciones de mantener la lucha en nombre del MLN aún cuando el resto de la Organización haya sido destruída y contar con los medios internos como para reconstruir lo destruído” (DOCUMENTO N° 4, 1969).

Além disso, a logística deveria ser planejada de forma descentralizada e compartimentada, de modo que cada militante tivesse acesso apenas a uma parte do processo: “porém, para fabricação de certos elementos, convém dividir suas partes e confiá-las a diversas oficinas e depois recolhê-las para a montagem em uma oficina de guerrilha” (GUILLÉN, 1980, p. 37). Ao mesmo tempo, o guerrilheiro deveria manter sua aparência de “cidadão comum” para não levantar suspeitas, o que os Tupamaros não conseguiram assegurar, uma vez que colocaram militantes na clandestinidade sem avançar na formulação estratégica, resultando em prisões em massa⁴.

O caso do MLN-T contrastava com a experiência da *Organización Popular Revolucionaria* (OPR-33)⁵, vinculada à Federação Anarquista Uruguiaia (FAU). Enquanto o MLN-T mantinha maior ênfase no enfrentamento armado, a OPR-33 buscava articular a ação militar com a ação de massas, aprofundando o processo revolucionário para além do combate bélico imediato (GUILLÉN, 1975). A FAU

⁴ Saber mais em: Guerra aos senhores: MLN-T e a OPR-33 na guerrilha urbana uruguiaia (1967-1973) de Thaís Linhares Fabi dos Santos. Disponível em: <https://l1nq.com/unesp-biblioteca-guerraaosenhores-thaislinhares>

⁵ Vale destacar que a FAU faz formações políticas sobre o processo espanhol da FAI-CNT, incluindo parte de suas atividades guerrilheiras, como Violência FAI, em homenagem a organização anarquista, período de luta armada de Abraham Guillén. E que o próprio Guillén participou em atividades de formação e na conformação de grupos de discussão como militantes da FAU, e, portanto, da OPR-33. Não se sabe quais foram as influências diretas da contribuição de Abraham na atuação do grupo armado. Conferir mais nas obras: Abraham Guillén: Guerrilha e Autogestão (2021) de José Luis Carretero Miramar, Acción Directa de Juan Carlos Mechosso (S/N) e Vivendo no escuro: os anos de clandestinidade da Federação Anarquista Uruguiaia (1967-1976) de Thaís Linhares Fabi dos Santos.

constituiu seu braço armado em 1968 cuja função era atuar de forma paralela às atividades de massa, desempenhando ações diretas, como sabotagens, expropriações e sequestros, além de garantir apoio armado e solidariedade em mobilizações populares, a exemplo de greves e ocupações. Durante o período de intensificação da repressão, esse braço armado foi concebido como um instrumento necessário para romper o isolamento e o repressão das manifestações populares. A OPR-33 deveria ser composta por um grupo coeso, com número suficiente de militantes para sustentar suas operações (MECHOSO, S/d).

O processo de ingresso para o braço armado era através do voluntariado, sem o recrutamento característica presente nos exércitos regulares ou mesmo em organizações revolucionárias de orientação marxista. O acesso dependia da manifestação de interesse por parte do militante (SANTOS, 2021). A maioria de seus integrantes provinha do “setor operário” da FAU, o que conferia ao aparato armado um caráter mais maduro, vinculado ao setor de maior experiência política e às consequências das divisões internas⁶.

As atividades da OPR-33, ao longo do tempo, foram organizadas com responsáveis definidos coletivamente pela democracia direta e federalismo. A preocupação constante era estabelecer formas de responsabilidade por meio da eleição de delegados temporários para o cumprimento das tarefas deliberadas coletivamente. Nesse processo, destacava-se a distinção entre a disciplina revolucionária e uma cultura “(...) occidental, cristiana y capitalista” (MECHOSO, s/d, p. 212), baseada na exaltação do ego, considerada nociva e, portanto, combatida dentro da organização.

Dessa forma, segundo os anarquistas, tornou-se necessário desenvolver uma cultura armada libertária própria, em diálogo com o acúmulo histórico e as experiências anteriores, mas sem importar modelos externos. Os desvios, defeitos e incongruências eram enfrentados por meio da autodisciplina, do companheirismo e da confiança no companheiro de luta. Mesmo com as limitações impostas pelo contexto repressivo, buscava-se construir soluções originais, como sintetiza Mechoso: “De ahí emanaban

⁶ Saber mais em: Vivendo no escuro: os anos de clandestinidade da Federação Anarquista Uruguiaia (1967-1976) de Thaís Linhares Fabi dos Santos; Acción Directa (S/d) de Juan Carlos Mechoso; Um Partido Anarquista (2012) de Ricardo Ramos Rugai; Arriba Los que Luchan! Sindicalismo revolucionário e a luta armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973 (2016) de Daniel Augusto de Almeida Alves.

estas preocupaciones de no producir soldados sino compañeros revolucionarios” (MECHOSO, s/d, pp. 212-213). Em síntese, tratava-se de afirmar a necessidade de uma atividade militar libertária, que rejeitasse o mito da indispensabilidade do autoritarismo e das hierarquias militares.

4. CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO POPULAR

Para Guillén, a chave da guerra revolucionária é a construção - antes e/ou paralelamente à ação armada - de uma organização clandestina estruturada por níveis territoriais: regional, provincial, distrital e local. Sua função primordial é a inserção efetiva nas comunidades onde a luta se desenvolve. A organização territorial constitui, assim, o instrumento estratégico fundamental: por meio dela a guerrilha, sobretudo em sua fase inicial, pode concentrar ou dispersar o inimigo, surpreendê-lo, aplicar corretamente o princípio da economia de forças, garantir segurança operacional, preservar a liberdade de ação de suas unidades e resistir às dificuldades impostas pelo confronto. (GUILLÉN, 1965)

Nesse sentido, a organização territorial - em bairros, povoados e vizinhanças - com tropas e materiais bélicos visa estabelecer influência e controle sobre as populações locais. O objetivo é constituir redes capazes de mobilizar combatentes oriundos de regiões montanhosas, articular circuitos de informação, suprimento e contato, além de apoiar ações de propaganda armada que protejam greves e manifestações políticas na retaguarda inimiga. Integram igualmente esse escopo tarefas de monitoramento de suspeitos, garantia de confidentes e condução de esforços para conquistar setores inicialmente neutros em favor do campo revolucionário.

Mesmo em espaços sob domínio do adversário, as bases guerrilheiras e os grupos clandestinos, sob essa lógica territorial, tendem a desarticular ou neutralizar as autoridades locais do poder instituído. Esse processo favorece a emergência de instâncias alternativas de autoridade e de gestão coletiva, configurando um poder popular paralelo, a chamada zona revolucionária, concebida como espaço de contrapoder em disputa com as estruturas estatais tradicionais. É nesse ponto que se concentra a reflexão central de Guillén: o poder popular deve concretizar-se como política intrinsecamente vinculada à guerrilha (GUILLÉN, 1975).

No plano político, Guillén insistia que o exército popular deveria representar símbolos de justiça, liberdade e equidade, evitando reproduzir os métodos violentos e corruptos das classes dominantes. A luta armada, para ser legítima e eficaz, deveria ser acompanhada por práticas democráticas de base, com instâncias deliberativas conduzidas diretamente pelos trabalhadores, não por uma burocracia militarizada. Como defende:

El mando en un ejército popular debe rotar entre los comandantes mejores, más victoriosos, más queridos por sus soldados, más estimados por el pueblo. En este sentido, la autodefensa (guerrilla) es incomprensible sin la democracia directa del mando (autogestión), revalidada por la autodisciplina, muy superior a la disciplina cuartelaria, propia de un ejército burocrático y reaccionario (GUILLÉN, 1980, p. 32).

O mandato delegado deve ser transitório e fruto de deliberação coletiva; a ação armada só se consolida se estiver articulada à luta econômica e social. Nesse sentido, Guillén propõe medidas concretas:

- (...) 3. llegar al poder mas que al gobierno, tomando desde la base, poderes concretos: representacion directa de los trabajadores en todos los organos de poder: empresas, instituciones, etc.;
- 4. emplear la lucha economica paralelamente con la lucha armada para transformar lo social y economico en accion politica insurrecta del pueblo;
- 5. sustituir la democracia indirecta por organos autogestores de democracia directa, para que el capitalismo privado o de Estado se transforme en socialismo de autogestion, sin lo cual no desaparece el Estado de clase privilegiada. Una guerrilla no es revolucionaria si no se plantea, claramente, la toma del poder a la burguesia y a la burocracia, para convertirlo en el poder del pueblo, desde abajo para arriba, haciendo de las masas trabajadoras el sujeto activo de la politica, entregando a la sociedad sin clases los poderes que tenia el Estado de clase explotadora y opresora (GUILLÉN, 1975, p. 33).

Dessa forma, a luta revolucionária deve estar permanentemente ancorada no apoio das massas - condição sem a qual a guerrilha tende ao fracasso. A revolução, para Guillén, não pode ser importada nem copiada: cada processo deve descobrir suas leis estratégicas específicas, formular objetivos políticos claros e harmonizar tática e estratégia com a conjuntura histórica e social:

(...) a revolução, em cada país, deve ser reinventada, descobrir suas leis estratégicas específicas; programar bem seus objetivos políticos;

combinar perfeitamente sua frente unida de classes oprimidas contra classes opressoras; dar unidade de pensamento e ação aos grupos políticos sem tolerar sectarismo; e sobretudo, para que a guerrilha conduza a revolução, não basta ter uns quadros, fuzis e uns poucos homens, senão, mais que nada, tem que aproveitar uma ocasião histórica favorável à revolução (GUILLÉN, 1980, p. 32).

A luta armada, portanto, insere-se organicamente no conjunto das lutas sociais do proletariado e dos movimentos populares. A guerra popular deve assumir caráter estratégico de atuação em superfície, por todo o território nacional (ENTREVISTA a Abraham Guillén, 1978).

A busca pela defesa nacional remete à soberania do povo como única fonte legítima de poder, ao desenvolvimento sociopolítico autogestionário e à liberdade econômica, rejeitando aquilo que Guillén denomina “patriotismo nacional”. A resistência auto-organizada só é viável por meio da autogestão social, na economia, na política e na administração popular: “(...) sem mediação de classes-parasitas, diretamente pelos cidadãos, mediante o autogoverno ou a democracia direta (...)” (GUILLÉN, 1966, p. 53). É com a mobilização popular na defesa direta de seus direitos e liberdades desconhecidas por um poder tributário com o poder de ativar todos os potenciais humanos contra a tirania interna ou contra invasões e/ou neocolonizações, mediante uma estratégia que possa combinar guerrilhas rurais e urbanas, é capaz de enfrentar separadamente as forças repressivas (GUILLÉN, 1966)

Guillén condena a visão segundo a qual a revolução ocorreria exclusivamente em montanhas ou campos, pois tal visão ignora características essenciais do capitalismo contemporâneo: “(...) a concentração de capitais, indústrias, comunicações e população nas grandes cidades - e, portanto, descarta importantes formas de mobilização de massas, como greves estudantis e operárias” (GUILLÉN, 1966, p. 23). As cidades, expressão do capitalismo tardio e do lento processo de industrialização nos países latino-americanos, concentram a população e evidenciam contradições sociais que tornam o território urbano particularmente apropriado para o desenvolvimento da guerrilha. Além disso, as cidades facilitam a logística, o abastecimento de roupas, calçados, munições e entre outros itens, um argumento reforçado pela experiência espanhola (MIRAMAR, 2021).

Para concretizar o processo revolucionário, segundo Guillén, é necessária uma ampla aliança social: proletariado urbano, camponeses, classes médias assalariadas,

estudantes e intelectuais que se comportem como um novo proletariado. Essas camadas seriam aliadas naturais e deveriam convergir numa frente de libertação: “(...) é preciso que a classe oprimida mais numerosa coincida em seus interesses com os das demais classes oprimidas e com o interesse geral da nação, da sociedade” (GUILLÉN, 1966, pp. 18-19).

Guillén distingue o rebelde do revolucionário: o primeiro age prematuramente, sem preparação; o segundo parte de uma organização revolucionária, como vanguarda armada, com um programa político claro das classes oprimidas contra as opressoras, e com estratégia e tática dirigidas contra as forças repressivas. A concepção guilleniana de vanguarda armada; uma minoria armada cujo objetivo é mobilizar a população, não deve, porém, correr o risco do isolamento político (GUILLÉN, 1965). Como ele sintetiza:

Um punhado de homens pode fazer uma revolução aproveitando um período de crise econômica (...), o desprestígio das forças armadas (...) e a incapacidade dos partidos tradicionais para derrotar uma tirania. (...) uma minoria que atue em interesse das maiorias pode triunfar revolucionariamente, se souber empregar a ação insurgente para levar o povo às armas. Mas se uma minoria armada se isola politicamente das maiorias, se não representa (...) o interesse geral, um ‘foco’ insurrecional jamais poderá fazer uma revolução social, sem promover, com a luta, uma aliança de classes oprimidas, uma organização territorial (...) e uma organização urbana paramilitar (GUILLÉN, 1965, p. 92).

A guerra revolucionária, portanto, exige articulação em múltiplas frentes: guerrilha (tática e estratégia), mobilização popular e ações revolucionárias coordenadas por um grupo armado de libertação que assegure unidade operacional, tática e estratégica. Deve-se iniciar a guerra revolucionária mesmo com relativa minoria de apoio popular, mas sempre com a preocupação de ampliar essa base; caso contrário, a luta transformar-se-á em carnificina para os guerrilheiros e será facilmente neutralizada pelas forças repressivas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão de Abraham Guillén sobre a guerrilha constitui um marco teórico fundamental para compreender as lutas armadas latino-americanas do século XX. Exilado na região após sua experiência na Guerra Civil Espanhola, Guillén dialogou

com a tradição marxista e anarquista, propondo uma leitura própria, na qual a guerrilha não poderia ser reduzida ao foquismo voluntarista nem à simples reprodução de modelos externos. Para ele, a guerra revolucionária deveria estar intrinsecamente articulada ao poder popular, concebido como prática de autogestão, democracia direta e inserção orgânica nas massas.

A guerrilha, em sua perspectiva, precisa estar enraizada no território, explorando suas possibilidades de mobilidade e dispersão, seja no campo rural ou nos centros urbanos. Essa dimensão espacial não se reduz à geografia: envolve conhecer o espaço, saber se locomover, esconder-se e, sobretudo, contar com o apoio da população. Como afirmava Guillén no Plano Cooke-Guillén (1955), “(...) a chave do plano guerrilheiro reside em fazer faísca que acenda palha seca, com guerrilha atuando como locomotiva do trem popular (...) mobilidade e combatividade, imersos em uma população favorável”. Assim, sua estratégia vinculava-se a uma política de ação armada popular, retomando, em chave revolucionária, a célebre tese de Clausewitz segundo a qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Para Guillén, a guerra surge quando a paz é cerceada, quando as massas são oprimidas ou quando governos populares sofrem ataques diretos.

O estudo dos casos do MLN-T e da OPR-33 evidencia como suas formulações foram recebidas e reinterpretadas no Uruguai. Enquanto os Tupamaros, apesar do brilhantismo tático, revelaram fragilidades estratégicas ao importar o modelo cubano sem adequação plena à realidade nacional, a OPR-33, braço armado da FAU, buscou articular a ação militar à ação de massas. Nesse processo, sustentou uma concepção libertária de poder popular que rejeitava hierarquias militares, valorizando a disciplina militante, a coletividade e o federalismo. Essa diferença expõe a proximidade entre a proposta guilleniana e o projeto anarquista, no qual a luta armada só faz sentido se for instrumento de uma transformação social autogestionária.

No plano estratégico, Guillén concebeu a organização territorial como chave da guerra revolucionária. Redes clandestinas estruturadas em diferentes níveis deveriam garantir a inserção comunitária, mobilizar combatentes, articular suprimentos e informações, neutralizar autoridades locais e instituir formas alternativas de poder coletivo. Esse desenho, aliado à defesa da democracia direta e da rotatividade nos comandos militares, refletia sua preocupação em impedir que a revolução reproduzisse

os vícios autoritários das classes dominantes, substituindo a luta emancipatória por novas burocracias.

Ao mesmo tempo, Guillén alertava que a revolução não poderia ser importada nem copiada: cada processo deveria descobrir suas próprias leis estratégicas, formular objetivos políticos claros e harmonizar tática e estratégia com a realidade histórica e social em que se inseria. Por isso, sua teoria não se restringe à dimensão militar; ela articula luta armada, mobilização popular, autogestão e soberania social. A guerrilha, longe de ser fim em si mesma, constitui instrumento político-pedagógico para mobilizar o povo e aprofundar a luta contra o imperialismo e as oligarquias locais.

Em síntese, a obra de Abraham Guillén oferece uma leitura singular da revolução latino-americana, marcada pela recusa ao dogmatismo e pelo compromisso com a autogestão e a democracia direta. Sua contribuição reside em afirmar que a luta armada só se justifica quando profundamente enraizada nas massas e articulada a um projeto coletivo de transformação. Ao defender que a revolução deve ser reinventada em cada país, Guillén deixa como legado uma concepção libertária da luta armada que continua a inspirar reflexões sobre as possibilidades de enfrentamento às estruturas de opressão social, econômica e política em nosso continente.

5. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Daniel Augusto de Almeida. *Arriba Los que Luchan! Sindicalismo revolucionário e a luta armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguiaia: 1963-1973*. Dissertação de Mestrado - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre: 2016.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, 198-?

ENTREVISTA a Abraham Guillén: gran teórico de la guerrilla. Disponível em: <https://federacaoanarquistagaucha.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/12/luta-avanc3a7ada.pdf>. Acesso em: 02/05/2020

GUEVARA, Che. *A Guerra de Guerrilhas*. Tradução de Cláudio Alberto Martins. São Paulo: Edições Populares, 1980.

GUILLÉN, Abraham. *Teoria de la Violencia*. Buenos Aires: Jamcana, 1965.

_____. *Desafío al Pentágono*. Montevideo: Editorial Andes, 1965b.

_____. *Estrategia de la Guerrilla Urbana*. Montevideu: Manuales del Pueblo, 1966.

_____. *Lecciones de la Guerrilla Latinoamericana*. In: *Revaloración de la Guerrilla Urbana* – Donald C. Hodges & Abraham Guillén. Morelos: Editorial Virtual 'Liberación', 1975.

_____. *El error militar de las izqueidas*. Barcelona: Hacer, 1980

LINHARES, Thaís. *Anarquismo e a questão militar*. 2020. Disponível em: <https://ithanarquista.wordpress.com/2020/07/20/thais-linhares-o-anarquismo-e-a-questao-militar/>

MECHOSO, Juan C. *Acción directa anarquista: una historia de FAU*. Montevideo: Recortes, S/d.

MLN. *30 perguntas a un Tupamaros*. Uruguai, 1968. Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=1722>. Acesso em: 12/05/2016.

_____. *Documento nº1*. Uruguay, 1967.
Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=111>. Acesso em: 17/05/2016.

_____. *Documento nº4*. Uruguai, 1968.
Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=1722>. Acesso em: 12/05/2018.

_____. *Programa Revolucionario del MLN-Tupamaros*. Uruguai, 1972.
Disponível: <http://www.cedema.org/ver.php?id=122>. Acesso em: 18/08/2016.

RUGAI, Ricardo Ramos. *Um Partido Anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2012.

SANTOS, Thaís Linhares Fabi dos. *Guerra aos senhores: MLN-T e a OPR-33 na guerrilha urbana uruguaia (1967-1973)*. Monografia Bacharel em Ciências Sociais Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018.

_____. *Vivendo no escuro: os anos de clandestinidade da Federação Anarquista Uruguaia (1967-1976)*. Marília: Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2021.

SILVA, Rafael Viana da. *Um anarquismo latino-americano: estudo comparativo e transnacional das experiências na Argentina, Brasil e Uruguai (1959-1985)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2018.